

maridos; para proteger os trabalhadores dependentes é necessário estabelecer leis que tutelem a sua dignidade física e moral e limitem o poder arbitrário dos empregadores; para emancipar aqueles que têm necessidade da caridade é necessário criar impostos que permitam garantir uma assistência pública adequada. Em qualquer dos três casos, reduzir o domínio de que sofrem alguns dos cidadãos implica aumentar a restrição da liberdade (negativa) de outros, ou melhor, impor limites a indivíduos que eram livres de agir segundo o seu arbítrio. Não é possível reduzir a dependência sem impor os vínculos da lei. É necessário escolher entre o domínio (e a dependência) e os vínculos da lei. Os que se revêem na tradição republicana devem escolher as políticas que atenuam o domínio, bem como aquelas que procuram atenuar os deveres civis em nome do desejo de ser livre de impedimentos» (p. 39).

O livro de Viroli apresenta-se como o livro de um historiador, do bom historiador que, de facto, o autor é. Mas é nele muito claro um *pathos* actualista, sobretudo nas páginas finais (sobre as virtudes cívicas, p. 57, sobre o patriotismo, p. 69, sobre a memória e as comemorações, p. 85, sobre o laicismo republicano, p. 84, sobre o respeito da lei, p. 90, sobre a cidadania europeia, p. 97). É porventura essa a sina dos bons historiadores: falarem para o presente, falando, rigorosamente, sobre o passado.

ANTÓNIO MANUEL HESPANHA

*Valentim Alexandre* (coord.), **O Império Africano: Séculos XIX e XX**, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

Na Europa, a historiografia do imperialismo e da descolonização reflecte inevitavelmente o impacto dessa experiência sobre a vida e consciência nacionais dos diferentes países envolvidos. Na Inglaterra, por exemplo, a questão tem sido dominada pelas universidades, para onde se retirou há muito. Embora os debates tenham permanecido acesos, particularmente enquanto o marxismo se manteve como uma poderosa força intelectual, as discussões entre os historiadores britânicos raramente suscitaram debates nacionais mais amplos, pelo menos depois dos anos 60. (Se bem que uma nova e há muito necessária consciência das consequências nacionais da imigração pós-imperial possa ainda alterar esta situação.) Tanto em França como na Bélgica, onde o impacto do imperialismo e da descolonização se tem revelado mais traumático para a política metropolitana do que na Inglaterra, o debate académico tem desenvolvido ramificações mais amplas. Perspectivas antagónicas sobre a última fase do colonialismo na Argélia, por exemplo, continuam a exercer uma verdadeira influência sobre a classe política francesa. A experiência e comportamento da Bélgica tanto no Congo como no Ruanda têm assumi-

do um papel similarmente duradouro na política «real». Mas é em Portugal que a inter-relação entre o debate académico sobre a experiência colonial e a consciência política nacional se tem revelado mais evidente.

As razões para tanto não são difíceis de identificar. Os impérios marítimos têm ocupado um espaço mais amplo e historicamente mais expansivo na cultura nacional portuguesa do que na de qualquer outro país europeu. A África permaneceu como eixo central da experiência portuguesa muito depois de ter assumido um papel periférico para os interesses (pós-coloniais) das outras potências europeias ao longo das décadas de 60 e 70. Nenhum outro Estado viveu as prolongadas guerras que marcaram a última fase do imperialismo português e em nenhum outro país os processos da modernização política, económica e social se apresentaram tão profundamente entrelaçados com a política imperial e a sua desintegração final.

Muitos observadores estrangeiros entenderam a aparente facilidade com que Portugal «se libertou» de África no período que se seguiu a 1974-1975 como uma realização notável. Independentemente do destino dos territórios descolonizados, a metrópole parecia ter emergido do processo com um número notavelmente reduzido de feridas profundas. Após o fim do «processo revolucionário», a política externa portuguesa assumiu um novo «destino europeu» com destreza e entusiasmo. Apesar dos receios iniciais, os «retornados»

adaptaram-se ao novo Portugal sem dificuldades de maior importância. Além disso, até ao momento, a migração africana para Portugal em resultado da descolonização parece ter provocado poucos dos problemas de integração que se têm verificado noutros países da Europa. Contudo, a África continua a ser uma presença dominante e sempre controversa no discurso político e cultural em Portugal. Felizmente, o contributo académico para esta situação tem-se revelado, em termos gerais, positivo. A análise académica em Portugal tem procurado clarificar, em vez de provocar; tem explorando novas dimensões de entendimento, em vez de se limitar a fazer soar os velhos tambores de guerra. A excelente antologia editada por Valentim Alexandre representa um importante contributo para esta tradição emergente.

Cronologicamente, o livro cobre os cerca de cento e cinquenta anos que decorrem entre a independência do Brasil, em 1822, e a conclusão do processo de descolonização, em 1975. Por outras palavras, tem como foco a África entre o fim do «segundo império» e o colapso do «terceiro». Os capítulos que constituem a obra foram desenvolvidos a partir das sessões de estudo do «curso de Verão» de 1999 do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. São precedidos por uma lúcida e concisa introdução geral onde Valentim Alexandre traça as linhas gerais do império africano no período em questão. Os oito importantes capítulos

que se seguem dividem-se entre os séculos XIX e XX. Quatro destes analisam questões pan-coloniais. O texto de João Pedro Marques sobre a reacção de Portugal à abolição da escravatura lança uma intrigante luz sobre as relações inter-imperialistas e os seus alicerces éticos e pragmáticos na Europa do século XIX (com especial relevo para a dimensão-chave anglo-portuguesa). Adelino Torres sumaria os debates complexos sobre a economia do império africano com considerável desenvoltura, ainda que confira maior ênfase à primeira fase do período em análise. Fernando Martins, que descreve a delicada relação de Lisboa com dois sistemas internacionais inteiramente diferentes — antes de 1939 e depois de 1945 —, traça com grande clareza o papel do império na política externa de Portugal após 1926. Num texto caracteristicamente inconveniente mas revelador, o historiador inglês David Birmingham explora o papel do comércio do álcool na África portuguesa.

Os restantes quatro capítulos incidem sobre territórios particulares. Jill R. Dias escreve sobre as relações euro-africanas na Angola do século XIX, abarcando na sua análise as questões da abolição da escravatura, da exploração económica e da «pacificação» militar. Augusto Nascimento lida com questões similares tal como se verificaram em São Tomé e Príncipe. O capítulo de José Capela exami-

na o Moçambique do século XIX e o de Maria da Conceição Neto a Angola do século XX. Todos estes capítulos são igualmente sólidos e importantes, mas revelam, paradoxalmente, uma certa fragilidade do livro no seu todo. Em última análise, a antologia deve ser avaliada não apenas por aquilo que inclui, como também por aquilo que deixa de fora. Os quatro ensaios que acabámos de referir constituem tudo o que o volume tem a oferecer em termos de análise dos territórios individuais, análise essa que se revela, pois, bastante lacunar. Nada temos, por exemplo, sobre a Guiné-Bissau ou Cabo Verde, seja no século XIX ou XX, nem sobre o Moçambique do século XX.

Obviamente, um editor só pode trabalhar com o material que lhe fornecem, e torna-se evidente pela leitura do prefácio que houve uma série de autores potenciais que simplesmente não chegaram a entregar os seus textos. Seja como for, esta boa antologia seria certamente melhor se apresentasse uma cobertura territorial mais completa. Teria igualmente beneficiado da inclusão dos textos inéditos de Yves Leonard sobre ideologia colonial e de António José Telo sobre as guerras africanas. Exceptuando estas omissões, contudo, o presente livro constitui um valioso contributo para um debate extremamente importante.

NORRIE MACQUEEN